

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1005286-05.2014.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Ordinário - Seguro
Requerente:	GABRIEL JONES DA SILVA LONGUE
Requerido:	Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Justiça Gratuita

GABRIEL JONES DA SILVA LONGUE ajuizou ação contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, pedindo a condenação ao pagamento de verba indenizatória, haja vista a perda de sua plena higidez funcional em decorrência de acidente de veículo automotor, para o qual incide cobertura do Seguro DPVAT.

Citada, a ré contestou o pedido, aduzindo a ausência de pedido na esfera administrativa a inexistência de incapacidade funcional, cuja indenização, de todo modo, se houver, será proporcional.

O processo foi saneado, repelindo-se a preliminar arguida e determinando-se a realização de exame pericial.

Juntou-se o laudo de exame pericial, que foi impugnado por ambas as partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A impugnação ao laudo de exame pericial decorreu de insatisfação com o resultado em si, o que não justifica a repetição da diligência ou a requisição de algum outro esclarecimento, ou ainda confrontar com a opinião do médico que, por indicação da ré, examinou o autor.

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

O perito foi claro ao identificar apenas uma redução do movimento de flexo-extensão do punho esquerdo (fls. 105) e nada mais. E o fez mediante exame clínico e exame do Raio X. Não detectou edema nem atrofia, sinal de que o punho realizava movimentos, existindo uma redução apenas. Bem por isso, a incapacidade foi avaliada em 5%, pois sequer houve comprometimento total do punho esquerdo.

Sendo parcial a invalidez, a indenização deve ser paga de forma proporcional, consoante apregoa o Superior Tribunal de Justiça, na Súmula 474.

Inexiste motivo para não se aplicar a tabela que estabelece os percentuais incapacitantes. Não se avista outro critério possível, excluindo-se, é claro, a pretensão do autor, de reconhecimento de incapacidade total, repelida pelo laudo, que, aliás, elegendo critério técnico definiu o percentual de incapacidade, que não é infirmado por qualquer outro elemento probatório.

O percentual incapacitante produz indenização de R\$ 675,00, utilizando a Tabela da SUSEP.

Conforme ponderado pela Des. Maria Lúcia Pizzotti, TJSP, Apelação nº 0002408-66.2009.8.26.0060, j. 08.04.2015, o valor da indenização deverá ser corrigido monetariamente pelos índices da tabela prática deste Tribunal, desde 29 de dezembro de 2006, data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340/2006 até a data do efetivo pagamento. *Isso porque a fixação, no texto legal, do valor máximo da indenização de R\$ 13.500,00, e não mais em salários mínimos, permite a ilação de que tal valor deve ser corrigido a partir da vigência da Medida Provisória nº 340/2006, 29 de dezembro de 2006, que o fixou, pois, caso contrário, ficariam o segurado e os beneficiários sem receber correção monetária pelo período da vigência dessa Medida Provisória até o acidente, o que não é justo porque a correção monetária tem por escopo manter o poder aquisitivo do valor da obrigação pecuniária corroído no tempo pela inflação, não é um plus ao valor dessa obrigação.*

Não há, ademais, vedação legal à correção monetária do valor da indenização securitária, que, antes, era implicitamente admitida quando a lei previa seu valor correspondente a salários mínimos. Nesse sentido: Seguro obrigatório DPVAT Morte - Valor da indenização Cobrança de diferenças - Sinistro ocorrido em dezembro de 2009. Aplicabilidade dos valores fixados pela MP nº 340/2006, convertida na Lei nº 11.482/2007, que alterou a Lei nº 6.194/74. Limitação da indenização ao valor de R\$

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

13.500,00, porém corrigido. Correção monetária incidente desde a edição da MP nº 340/2006. Espírito norteador da lei revogada que subsiste. Atualização permanente. Tendo o sinistro ocorrido na vigência da MP nº 340/06, em vigor desde dezembro de 2006, que posteriormente foi convertida na Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, aplicável o limite máximo de R\$ 13.500,00, em casos de morte. Aplicação do princípio "tempus regit actum". O valor de R\$ 13.500,00 deve ser corrigido a partir de dezembro de 2006, data em que foi baixada a Medida Provisória nº 340/2006, para não configurar prejuízo aos beneficiários do seguro. A lei anterior fixava o valor da indenização no máximo de quarenta salários mínimos, de tal forma que a todo ano era feita a correção da base do cálculo para a indenização. Ao fixar a indenização em R\$ 13.500,00, desvinculando-a do valor do salário mínimo, o legislador passou a admitir implicitamente que a correção passasse a ser feita pelos índices normais aplicáveis a todos os casos de pagamento de dívida com atraso, não se podendo manter imutável o valor fixado em reais na lei. Sentença parcialmente reformada neste ponto. Recurso parcialmente provido. (Apelação 0132694-75.2010.8.26.0100. Relator(a): Manoel Justino Bezerra Filho. Comarca: São Paulo. Órgão julgador: 35ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 03/10/2011).

A incidência dos juros moratórios é obrigatória, a partir da citação, data em que a devedora foi constituída em mora (CPC, art. 219) [1º TACSP, Ap. Sum. 1.028.169-3, j. 05.02.2002, Rel. Juiz Ary Bauer, RT 805/254).

Os juros moratórios correm, sem dúvida, à taxa legal, de 12% ao ano, desde a época da citação inicial. Com efeito, conforme a Súmula nº 426 do STJ: *Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.*

O autor pediu indenização pelo teto e foi contemplado com apenas 5% dele. No entanto, o arbitramento do valor dependia de exame pericial, razão para não excluir-se da ré a responsabilidade por honorários advocatícios.

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. a pagar para o autor GABRIEL JONES DA SILVA LONGUE a importância de R\$ 675,00, com correção monetária desde 29 de dezembro de 2006, data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340/2006 até a data do efetivo pagamento, e juros moratórios, à taxa legal, desde a época da citação inicial.

Responderá a ré pelos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 15% do valor da condenação.

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

P.R.I.C.

São Carlos, 11 de abril de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**